



Outubro/2010



## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE TERESINA

### Concurso Público para provimento de cargos de Procurador do Município

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 003

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

# PROVA OBJETIVA

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.  
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

## VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

## ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, nem o uso de máquina calculadora.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**Direito Constitucional**

1. Em relação à matéria orçamentária, é correto afirmar:

- (A) Não é possível a apresentação de emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem.
- (B) A sessão legislativa tem duração de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1 de agosto a 22 de dezembro, não podendo ser interrompida sem a aprovação do projeto lei de diretrizes orçamentárias.
- (C) Pelo princípio universal, a iniciativa da lei do plano plurianual é sempre do Congresso Nacional.
- (D) Lei ordinária deve dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual.
- (E) A lei orçamentária anual compreende exclusivamente o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta.

2. Para interpretar e aplicar os preceitos constitucionais é essencial adentrar ao âmbito da dogmática para diferenciar princípios e regras, assim, quanto aos métodos de interpretação constitucional está correto afirmar:

- (A) O "Princípio da Interpretação Conforme a Constituição" é uma diretriz para aplicação dos princípios constitucionais fundamentais que devem ser interpretados no sentido de chegar a uma integração política e social.
- (B) O "Princípio da Unidade da Constituição" permite ao intérprete dar coesão ao texto constitucional ao definir princípios como *standards* juridicamente relevantes, abertos, apartado das regras.
- (C) O "Princípio da Máxima Efetividade" autoriza a alteração do conteúdo dos direitos fundamentais da norma com o fim de garantir o sentido que lhe dê a maior eficácia possível.
- (D) O "Princípio da Concórdância Prática" indica que diante de um conflito entre bens constitucionalmente protegidos, deve-se optar por um deles em nome da coerência lógica e segurança jurídica.
- (E) O "Princípio da Força Normativa da Constituição" alude para a priorização de soluções hermenêuticas que possibilitem a atualização normativa e, ao mesmo tempo, edifique sua eficácia e permanência.

3. O princípio da responsabilidade jurídica objetiva do Poder Público previsto na Constituição Federal tem como característica

- (A) basear-se no risco administrativo, assim a pessoa jurídica de direito público responde pelo dano causado a terceiro quando for caracterizada a ação ou omissão administrativa, não se admitindo a invocação das causas excludentes de responsabilidade.
- (B) ser inaplicável na hipótese de dano causado por pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviços públicos, hipótese abarcada pela responsabilidade civil comum.
- (C) afastar a responsabilidade civil do Estado em qualquer hipótese de absolvição do servidor no juízo criminal.
- (D) guiar-se pelo princípio da impessoalidade.
- (E) obrigar o Poder Público a indenizar danos exclusivamente de natureza patrimonial, hipótese que comporta ação regressiva contra o agente público, se configurado dolo ou culpa.

4. A arguição de descumprimento de preceito fundamental é um instrumento que tem como característica

- (A) possuir caráter subsidiário, sendo admitida a propositura quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, incluídos os anteriores à Constituição.
- (B) ter como objeto exclusivo a proteção dos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal.
- (C) conferir legitimidade ativa a qualquer cidadão, ao lado dos legitimados para propor a ação direta de inconstitucionalidade.
- (D) gerar efeito vinculante para os demais órgãos judiciais e da administração, quando a decisão for tomada pela maioria simples dos membros do Supremo Tribunal Federal.
- (E) validar decisão somente para o julgamento do caso concreto.

5. O Supremo Tribunal Federal poderá aprovar súmula com efeito vinculante, sendo correto afirmar:

- (A) Acolhida pelo Supremo Tribunal Federal a reclamação fundada em violação ao enunciado da súmula vinculante, será dada ciência à autoridade prolatora, judicial ou administrativa que deverá cumpri-la no caso concreto, sob pena de responsabilização pessoal nas esferas cível, administrativa e penal.
- (B) Configurada reiteradas decisões sobre determinada matéria constitucional, o Presidente do Tribunal, após ouvir o Procurador-Geral da República, poderá aprovar súmula com efeito vinculante.
- (C) O pedido de cancelamento ou revisão dos enunciados de súmulas vinculantes poderá ser feito por qualquer cidadão, com o título de eleitor válido, através de reclamação ao Supremo Tribunal Federal.
- (D) O Município poderá propor, em qualquer hipótese, a edição, revisão ou cancelamento de enunciado da súmula vinculante aprovada desde que demonstre a consequência da grave insegurança jurídica na esfera administrativa.
- (E) O relator poderá admitir o *amicus curiae* no procedimento de edição, revisão ou cancelamento de enunciado da súmula vinculante, por decisão irrecurável.

6. A intervenção do Estado nos seus Municípios poderá ocorrer

- (A) para assegurar a observância dos princípios constitucionais de direitos da pessoa humana.
- (B) com o fim de manter a integridade nacional.
- (C) quando o Tribunal de Justiça der provimento à representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual, ou para promover a execução de lei, de ordem ou da decisão judicial.
- (D) para pôr termo a grave comprometimento da ordem pública.
- (E) para garantir a autonomia Municipal.

7. A ordem econômica é fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, observados os princípios da

- (A) função social da propriedade e da busca do pleno emprego.
- (B) defesa do consumidor e do paralelismo.
- (C) livre concorrência e da concessão de garantias pelas entidades públicas.
- (D) hierarquização e da verticalidade.
- (E) indivisibilidade e da independência.



8. Assinale a alternativa correta quanto aos direitos políticos.
- (A) A lei que altera o processo eleitoral só entrará em vigor um ano após sua promulgação.
- (B) Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros, analfabetos e, durante o período militar obrigatório, os conscritos.
- (C) A idade mínima para elegibilidade do Presidente e Vice-Presidente da República é de 30 (trinta) anos.
- (D) São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até terceiro grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal ou de Prefeito.
- (E) A perda ou suspensão de direitos políticos pode ocorrer por incapacidade civil absoluta, por recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa ou por improbidade administrativa.
- 
9. Os pagamentos devidos pela Fazenda Pública Federal, Estadual ou Municipal em virtude de sentença judicial far-se-ão
- (A) por tabela fixa válida para todos os entes da federação no caso de precatórios de pequenos valor.
- (B) através de dotações orçamentárias e créditos abertos consignados pelo Poder Executivo, cabendo ao Presidente do Tribunal determinar o pagamento dos precatórios segundo as possibilidades do depósito.
- (C) por precatórios de débitos de pequeno valor que devem compor a ordem cronológica das requisições judiciais de pagamento de créditos de natureza alimentícia.
- (D) por ordem cronológica de apresentação do precatório e à conta dos créditos respectivos, com a designação do caso ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.
- (E) como requisições de débitos de natureza alimentícia no caso das indenizações com fundamento em morte ou invalidez, fundadas na responsabilidade civil.
- 
10. Determinada publicação de âmbito nacional expôs aspectos da vida íntima de um artista, o qual ingressou com uma ação indenizatória por danos materiais, morais e de imagem contra o veículo de comunicação, tendo por objeto as consequências negativas do teor da reportagem em sua vida pessoal e profissional. A lide envolve o conflito entre a liberdade de imprensa, o direito de acesso à informação e a proteção da intimidade. Neste contexto, é correto afirmar:
- (A) A publicação deve respeitar os valores éticos e sociais da família, sendo assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo e indenização a danos morais, exclusivamente.
- (B) O anonimato é garantido de forma ampla com o fim de assegurar a livre manifestação do pensamento.
- (C) Há o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem, fato que deverá ser sopesado pelo juiz na análise do caso concreto.
- (D) A liberdade de informação jornalística deve ser ampla e irrestrita e prevalece sobre a proteção da intimidade e da honra, que se torna um verdadeiro limite ao acesso à informação.
- (E) É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística, sendo livre a informação, que não poderá sofrer restrições de qualquer natureza.
- 
11. Sobre o reconhecimento da nacionalidade brasileira, é correto afirmar:
- (A) A aquisição da nacionalidade ocorre pelo critério *ius solis*, de modo que qualquer pessoa nascida no território brasileiro, mesmo que filho de estrangeiros, terá a nacionalidade primária imposta, independentemente de sua vontade.
- (B) Não pode haver distinção entre brasileiros natos e naturalizados, inclusive para efeitos das condições de elegibilidade, com base no princípio da igualdade.
- (C) O brasileiro naturalizado pode ser extraditado somente em caso de comprovado envolvimento em tráfico de entorpecentes e drogas afins.
- (D) O cancelamento da naturalização em virtude de atividade nociva ao interesse nacional por sentença judicial leva à declaração da perda da nacionalidade brasileira.
- (E) Brasileiros natos ou pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País são os únicos com direito a concessão de propriedade de empresa jornalística, de radiodifusão sonora, de sons e de imagens.
- 
12. A competência para legislar sobre educação e ensino é
- (A) concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal.
- (B) privativa da União.
- (C) privativa dos Estados e do Distrito Federal.
- (D) comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- (E) privativa do Município.
- 
13. É correto afirmar, sobre os juzizados especiais:
- (A) Os juzizados especiais devem ser providos exclusivamente por juízes togados, com poderes para conciliar, julgar e executar causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo.
- (B) Os recursos devem ser julgados por órgão colegiado criado exclusivamente para este fim perante os Tribunais estaduais ou federais, de acordo com as regras gerais de competência.
- (C) Compete à União legislar exclusivamente sobre a criação, funcionamento e processo dos juzizados especiais.
- (D) Compete à União, no Distrito Federal e Territórios, e aos Estados legislar sobre a criação, funcionamento e procedimentos dos juzizados especiais.
- (E) O Poder Legislativo pode delegar ao Presidente da República o poder de organizar os juzizados especiais.
- 
14. A segurança pública é um dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, conforme artigo 144 da Constituição Federal. Neste contexto,
- (A) cada Município deve instituir órgão policial de segurança própria nos termos de sua Lei Orgânica.
- (B) os Municípios podem constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, exclusivamente.
- (C) os Municípios que tiverem capacidade econômica adequada podem estruturar as guardas municipais com equipes especiais de polícia judiciária para apurar infrações penais, exceto as militares.
- (D) as guardas municipais têm o dever de realizar o policiamento ostensivo para preservar a ordem pública, além de proteger os bens, serviços e instalações de propriedade do Município.
- (E) nas áreas municipais onde houver necessidade, a guarda municipal pode exercer as funções de polícia marítima ou de fronteira.



15. Sobre os direitos humanos, analise as afirmações abaixo:

- I. O Brasil submete-se à jurisdição do Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.
- II. Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- III. O incidente de deslocamento da competência de crime praticado com grave violação de direitos humanos deve ser suscitado exclusivamente pelo Superior Tribunal de Justiça com o fim de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos.

É correto SOMENTE o que se afirma em

- (A) II e III.
- (B) I, II e III.
- (C) I.
- (D) I e II.
- (E) I e III.

#### Direito Administrativo

16. O ato administrativo unilateral, discricionário e precário pelo qual a Administração consente que o particular utilize bem público de modo privativo, atendendo exclusiva ou primordialmente o interesse do particular, denomina-se

- (A) cessão de uso.
- (B) permissão de uso.
- (C) autorização de uso.
- (D) concessão de uso.
- (E) concessão especial de uso.

17. Dentre as alternativas apresentadas, assinale a que corretamente aborda dois requisitos dos atos administrativos, que são sempre vinculados:

- (A) forma e objeto.
- (B) competência e finalidade.
- (C) motivo e forma.
- (D) objeto e competência.
- (E) motivo e finalidade.

18. No que diz respeito ao Controle Judicial da Administração, é correto afirmar:

- (A) Consoante prescreve a Lei da Ação Civil Pública, sociedade de economia mista não detém legitimidade para a propositura de ação civil pública.
- (B) Não é sujeito passivo de *habeas data* entidade particular que detém dados sobre determinada pessoa, destinados a uso público, como, por exemplo, a que mantém cadastro de devedores.
- (C) Na ação popular, é facultado ao Ministério Público assumir a defesa do ato impugnado.
- (D) Equiparam-se às autoridades coatoras, para os efeitos da Lei do Mandado de Segurança, os órgãos de partidos políticos.
- (E) Os direitos protegidos pelo mandado de segurança coletivo são somente os coletivos, assim entendidos os transindividuais, de natureza indivisível, de que seja titular grupo ou categoria de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica básica.

19. No que diz respeito às licitações, é correto afirmar:

- (A) Nos casos em que couber convite, a Administração poderá utilizar a tomada de preços e, em qualquer caso, a concorrência.
- (B) A Lei nº 8.666/93, que dispõe sobre normas para licitações, admite a possibilidade de criação de outras modalidades de licitação ou a combinação das referidas na mencionada lei.
- (C) É inexigível licitação na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, desde que detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos.
- (D) Serão efetuadas no local onde for realizada a obra, objeto do certame, salvo motivo de interesse público, devidamente justificado.
- (E) O prazo mínimo até o recebimento das propostas ou da realização do evento será 30 dias para concorrência, quando o contrato a ser celebrado contemplar regime de empreitada integral.

20. As modalidades de intervenção do Estado sobre a propriedade privada consistentes na instalação de rede elétrica pelo Poder Público em propriedade particular e na proibição de construir além de determinado número de pavimentos, são, respectivamente,

- (A) requisição e tombamento.
- (B) servidão administrativa e limitação administrativa.
- (C) limitação administrativa e ocupação temporária.
- (D) servidão administrativa e requisição.
- (E) requisição e ocupação temporária.

**Atenção:** Nas questões de números 21 a 25 são apresentadas quatro assertivas sobre um determinado assunto, que podem estar corretas ou incorretas. Para responder à cada uma das questões, use a seguinte chave:

SOMENTE estão corretas as assertivas

- (A) II e IV.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) I e IV.
- (E) II e III.

21. Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa).

- I. Celebrar contrato ou outro instrumento que tenha por objeto a prestação de serviços públicos por meio da gestão associada sem observar as formalidades previstas na lei é classificado como ato de improbidade que importa enriquecimento ilícito.
- II. Diante da prática de ato de improbidade administrativa que atente contra os princípios da Administração Pública, estará o responsável sujeito, dentre outras possíveis sanções, à suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos.
- III. Proposta ação civil por improbidade administrativa, o requerido será notificado para apresentar manifestação por escrito no prazo de quinze dias e, posteriormente, recebida a petição inicial, será citado para apresentar contestação, podendo interpor agravo de instrumento contra a decisão que recebeu a petição inicial.
- IV. Independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, as cominações impostas ao responsável pelo ato de improbidade serão sempre aplicadas cumulativamente.



<p>22. Poderes da Administração Pública.</p> <p>I. Poder disciplinar é a faculdade de punir internamente as infrações funcionais dos servidores e demais pessoas sujeitas à disciplina dos órgãos e serviços da Administração.</p> <p>II. A hierarquia não é cabível apenas no âmbito da função administrativa, sendo plenamente aplicável aos agentes públicos no exercício das funções jurisdicional e legislativa.</p> <p>III. O poder regulamentar pode ser definido como o que cabe ao Chefe do Poder Executivo da União, dos Estados e dos Municípios, de editar normas complementares à lei, para sua fiel execução.</p> <p>IV. O poder discricionário consiste na liberdade de ação administrativa, dentro dos limites permitidos em lei, aplicando-se inclusive para o requisito da finalidade do ato administrativo.</p>	<p>26. NÃO exemplifica uma forma de atuação da polícia administrativa:</p> <p>(A) decreto sobre o regulamento de determinada profissão.</p> <p>(B) a interdição de atividade.</p> <p>(C) a apreensão de mercadorias deterioradas.</p> <p>(D) lei <i>strictu sensu</i>, isto é, emanada do Poder Legislativo, criando limitação administrativa.</p> <p>(E) a inspeção em estabelecimento, destinada à investigação de crime.</p>
<p>23. Parcerias público-privadas.</p> <p>I. Na contratação de parceria público-privada, deve haver repartição objetiva de riscos entre as partes.</p> <p>II. Concessão patrocinada é contrato de prestação de serviços de que a Administração seja usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.</p> <p>III. É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada cujo valor do contrato seja inferior a vinte milhões de reais.</p> <p>IV. É possível a celebração de contrato de parceria público-privada que tenha como objeto único o fornecimento e instalação de equipamentos.</p>	<p>27. Os entes da Administração Indireta NÃO</p> <p>(A) possuem patrimônio próprio.</p> <p>(B) decorrem de descentralização por colaboração.</p> <p>(C) detêm capacidade de autoadministração.</p> <p>(D) possuem personalidade jurídica própria.</p> <p>(E) vinculam-se a órgãos da Administração Direta.</p>
<p>24. Processo administrativo.</p> <p>I. São legitimados como interessados aqueles que, sem terem iniciado o processo, têm direitos ou interesses que possam ser afetados pela decisão a ser adotada.</p> <p>II. Inexistindo competência legal específica, o processo administrativo deverá ser iniciado perante a autoridade de maior grau hierárquico para decidir.</p> <p>III. O recurso administrativo tramitará no máximo por duas instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa.</p> <p>IV. Um dos critérios a serem observados no processo administrativo é a proibição de cobrança de despesas processuais, ressalvadas as previstas em lei.</p>	<p><u>Atenção:</u> Para responder às questões de números 28 a 30 assinale a alternativa INCORRETA em relação ao assunto apresentado.</p> <p>28. Consórcios públicos.</p> <p>(A) Para o cumprimento de seus objetivos, o consórcio público poderá ser contratado pela Administração direta ou indireta dos entes da Federação consorciados, dispensada a licitação.</p> <p>(B) Para cumprimento de seus objetivos, o consórcio público poderá receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas de órgãos do Governo.</p> <p>(C) O consórcio público constituirá associação pública ou pessoa jurídica de direito privado.</p> <p>(D) Os consórcios públicos não poderão exercer atividade de arrecadação de tarifas pela prestação de serviços.</p> <p>(E) A União somente participará de consórcios públicos em que também façam parte todos os Estados em cujos territórios estejam situados os Municípios consorciados.</p>
<p>25. Princípios da Administração Pública.</p> <p>I. Dos princípios da legalidade e da indisponibilidade do interesse público decorre, dentre outros, o da especialidade, concernente à ideia de desconcentração administrativa.</p> <p>II. O princípio da presunção de legitimidade ou de veracidade dos atos administrativos trata de presunção relativa, sendo o efeito de tal presunção o de inverter o ônus da prova.</p> <p>III. Como decorrência do princípio da autotutela, a Administração Pública direta fiscaliza as atividades exercidas pelos entes da Administração indireta.</p> <p>IV. A motivação, em regra, não exige formas específicas, podendo ser ou não concomitante com o ato, além de ser feita, muitas vezes, por órgão diverso daquele que proferiu a decisão.</p>	<p>29. Contratos administrativos.</p> <p>(A) O regime jurídico dos contratos administrativos confere à Administração a prerrogativa de alterar unilateralmente, isto é, sem necessidade de prévia concordância do contratado, cláusulas econômico-financeiras e monetárias.</p> <p>(B) Fato da Administração é toda ação ou omissão do Poder Público que incide direta e especificamente sobre determinado contrato, retardando ou até mesmo impedindo sua execução.</p> <p>(C) O contrato administrativo poderá ser alterado unilateralmente pela Administração quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos.</p> <p>(D) O contrato administrativo poderá ser alterado por acordo das partes quando conveniente a substituição da garantia de execução.</p> <p>(E) O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.</p>



30. Responsabilidade extracontratual do Estado.

- (A) Para caracterizar a responsabilidade objetiva do Estado, faz-se necessário que o agente, ao causar o dano, aja nessa qualidade, ou seja, não basta ter a qualidade de agente público, pois, ainda que não o seja, não acarretará a responsabilidade estatal se, ao causar o dano, não estiver agindo no exercício de suas funções.
- (B) Quando ocorrer culpa concorrente da vítima, estar-se-á diante de hipótese atenuante da responsabilidade do Estado, vez que esta se repartirá com a da vítima.
- (C) Quando chuvas provocarem enchentes na cidade, causando danos, o Estado não responderá, ainda que fique demonstrado que a realização de determinados serviços de limpeza teria impedido a enchente.
- (D) Sociedade de economia mista, prestadora de serviço público, mesmo sendo pessoa jurídica de direito privado, se sujeita à regra da responsabilidade objetiva do Estado.
- (E) Para caracterizar a responsabilidade objetiva do Estado, um dos requisitos é que o dano seja causado por agente do Estado, o que abrange todas as categorias de agentes públicos, como agentes políticos, servidores públicos ou mesmo particulares em colaboração.

#### Direito Tributário

31. NÃO é competência municipal a instituição de

- (A) contribuição de interesse de categorias profissionais ou econômicas.
- (B) imposto sobre a transmissão de bens imóveis por ato *inter vivos* a título oneroso.
- (C) imposto sobre a propriedade territorial urbana.
- (D) contribuição social dos servidores municipais para custeio de regime previdenciário próprio.
- (E) contribuição de melhoria.

32. A partir do conceito legal de tributo, é possível afirmar que a multa NÃO é espécie de tributo porque o tributo

- (A) pode ser objeto de compensação, anistia e remissão, ao contrário da multa, que só pode ser objeto de anistia.
- (B) tem que ser instituído mediante lei, ao passo que a multa não se reveste desta obrigatoriedade.
- (C) é cobrado mediante atividade administrativa vinculada, enquanto a multa pode ser aplicada de forma discricionária pelo poder público.
- (D) não é sanção por ato ilícito e a multa é sanção pecuniária por prática de ato ilícito.
- (E) é prestação pecuniária compulsória, ao passo que a aplicação da multa não é compulsória, dependendo de condenação administrativa.

33. Ao instituir o imposto sobre serviços de qualquer natureza o Município elenca na lei o rol de serviços tributáveis por este imposto. Tratando-se de serviço semelhante, mas não previsto expressamente nesta lei, o Município

- (A) poderá sofrer a incidência deste imposto se o serviço não for objeto de tributação por imposto de competência do Estado, pois neste caso caberá a aplicação da analogia.
- (B) não poderá sofrer a incidência deste imposto porque é vedada a analogia que resulte na exigência de tributo não previsto em lei.
- (C) poderá sofrer a incidência deste imposto em virtude da interpretação analógica, aplicável em casos de equidade.
- (D) deverá sofrer incidência deste imposto por equidade, já que não se admite interpretação que resulte na dispensa do pagamento de tributo devido.
- (E) está obrigado a tributar para evitar caracterização de renúncia de receita, desde que não altere o conteúdo e o alcance dos conteúdos legais.

34. Em virtude de imunidade, o Município NÃO pode instituir

- (A) impostos sobre patrimônio, renda e serviços de empresas públicas exploradoras de atividade econômica.
- (B) impostos sobre patrimônio não relacionado com atividades essenciais dos templos de qualquer culto.
- (C) imposto sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital.
- (D) taxa sobre serviço de coleta de lixo domiciliar prestado para a União relativamente a seus imóveis.
- (E) contribuição de melhoria por obra pública municipal que gere valorização imobiliária a imóveis de domínio do Estado.

35. Através de Resolução, o Senado Federal

- (A) determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre serviços.
- (B) disporá sobre conflito de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- (C) fixará as alíquotas máximas e mínimas do imposto sobre serviços de qualquer natureza.
- (D) regulará a forma e as condições como isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos ou revogados pelo Município em relação ao imposto sobre serviços de qualquer natureza.
- (E) fixará alíquotas mínimas do imposto sobre a propriedade de veículo automotor.



36. O pagamento do crédito tributário
- I. não resta ilidido pela imposição de penalidade por descumprimento da legislação tributária;
  - II. relativamente à última parcela, importa em presunção de pagamento quando parcial, das prestações anteriores em que se decompõe;
  - III. por meio de cheque somente extingue o mesmo se for ao portador, emitido pelo próprio devedor e da praça da sede do ente tributante;
  - IV. pode ser consignado extrajudicialmente em estabelecimento bancário oficial, cabendo ao devedor notificar o ente tributante do depósito, que deverá ser recusado expressamente no prazo de quinze dias, sob pena de aceitação e extinção definitiva do crédito;
  - V. quando indevido, gera ao sujeito passivo o direito à restituição, ainda quando o pagamento tenha se dado independentemente de prévio protesto, desde que requerido administrativa ou judicialmente no prazo legal.
- É correto o que se afirma SOMENTE em
- (A) II, III e IV.
  - (B) I e V.
  - (C) II e IV.
  - (D) III e V.
  - (E) I, III e V.
- 
37. Contra um menor absolutamente incapaz foi lavrado um auto de infração e imposição de multa constituindo crédito tributário relativo a negócio que o menor praticou sem estar devidamente representado. Esta exigência tributária, em tese, está
- (A) correta, pois a autoridade administrativa pode desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária.
  - (B) errada, já que se trata de negócio juridicamente nulo.
  - (C) correta, pois a validade jurídica dos atos efetivamente praticados e os efeitos dos fatos efetivamente ocorridos são irrelevantes para a definição do fato gerador, não havendo impedimento, portanto, para que o negócio celebrado seja fato gerador de tributo.
  - (D) correta, desde que o negócio jurídico venha a ser ratificado pelo representante legal do menor, no âmbito civil, hipótese em que será válido juridicamente.
  - (E) errada, pois a lei tributária não pode alterar a definição e formas de direito privado, utilizados, expressa ou implicitamente para definir ou limitar competências tributárias.
- 
38. A moratória
- (A) pode ser concedida pela União, quanto a tributos de competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios dentro de plano de incentivo socioeconômico de determinada região, não havendo necessidade de concessão simultânea de isenção federal.
  - (B) é causa de exclusão do crédito tributário.
  - (C) é admitida apenas em caráter geral, em virtude do princípio da igualdade tributária.
  - (D) deve ser concedida por lei do ente político competente para a instituição de tributo, significando dilação do prazo para pagamento do crédito.
  - (E) não comporta imposição de penalidade em caso de revogação por dolo ou simulação do beneficiado, por apenas excluir o crédito tributário, que depois volta a ser exigível.
- 
39. O Município possui autonomia para o exercício da sua competência tributária, inclusive para concessão de isenção relativamente a seus tributos. Sobre este fato deve ser considerado que
- (A) a concessão de isenção deve vir prevista na lei orçamentária anual para poder ser efetivada, devendo, portanto obediência à anualidade tributária.
  - (B) a isenção enquanto causa de exclusão do crédito tributário depende unicamente da decisão política municipal, bastando a lei municipal concessiva.
  - (C) o Código Tributário Nacional foi derogado pela Lei de Responsabilidade Fiscal relativamente à disciplina da isenção, considerada atualmente renúncia de receita e não mais causa de exclusão do crédito tributário.
  - (D) a isenção é renúncia de receita e, como tal, além dos requisitos para sua concessão, previstos no Código Tributário Nacional, deve também prever as exigências previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal quando for em caráter não geral.
  - (E) a previsão da Lei de Responsabilidade Fiscal de exigência de medidas específicas para concessão de isenção é inconstitucional por ferir a autonomia municipal e também dos demais entes federados.
- 
40. Sobre as causas de extinção do crédito tributário é correto afirmar que a
- (A) dação em pagamento para extinção do crédito tributário pode ser feita na forma e condições estabelecidas em lei.
  - (B) compensação de créditos tributários é admitida apenas com créditos de mesma natureza, devendo lei do ente competente disciplinar as condições específicas para o caso, pois a autorização já vem pelo Código Tributário Nacional.
  - (C) transação enquanto causa de extinção do crédito tributário acontece no âmbito administrativo perante a autoridade administrativa competente, estando autorizada diretamente pelo Código Tributário Nacional.
  - (D) anistia e a remissão extinguem o crédito tributário quando previstas em lei específica do ente tributante e devem ser realizadas mediante despacho fundamentado de autoridade administrativa competente, desde que o sujeito passivo preencha os requisitos da lei do ente político competente.
  - (E) tutela antecipada em sede de ação anulatória de débito fiscal extingue o crédito tributário sob condição suspensiva de ulterior confirmação em sede de decisão judicial irrecorrível.
- 
41. Segundo o Código Tributário Nacional, a denúncia espontânea
- (A) alcança apenas a penalidade e não o crédito tributário.
  - (B) é causa de extinção do crédito tributário.
  - (C) é uma forma de anistia do crédito tributário.
  - (D) exclui a incidência dos juros de mora.
  - (E) está afastada se realizada após início de procedimento de fiscalização.



42. Sobre o processo judicial tributário é correto afirmar que
- (A) a ação declaratória tem por objetivo a exclusão do crédito tributário já constituído, sendo de iniciativa do sujeito passivo.
  - (B) a ação anulatória de débito fiscal admite concessão de liminar para suspender a exigibilidade da obrigação tributária até decisão final, quando a mesma será anulada se julgado procedente o pedido anulatório.
  - (C) o executado na execução fiscal deve ser citado para, no prazo de três dias, pagar ou oferecer bens à penhora.
  - (D) a execução fiscal deve ser proposta no prazo prescricional cujo lapso de cinco anos deve ocorrer entre a constituição definitiva do crédito tributário e o despacho do juiz que ordena a citação.
  - (E) a ação para repetição do indébito deve ser proposta no prazo de cinco anos, contados a partir da extinção do crédito tributário que só ocorre, nos tributos com autolancamento, com a homologação expressa ou tácita.
- Direito Municipal**
43. A despesa com pessoal ativo e inativo do Município
- (A) descabe ser paga com recursos decorrentes de transferências constitucionais, exceto em caso de pagamento de contratos de terceirização de mão de obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos.
  - (B) cabe ser paga não apenas com recursos arrecadados pela própria administração municipal, mas também com aqueles recebidos mediante transferências voluntárias efetivadas pelos Governos Estadual e Federal, salvo expressa disposição em contrário pelo respectivo convênio.
  - (C) deve observar os limites globais estabelecidos em lei complementar da União, ficando, porém, reservada à autonomia legislativa municipal a definição dos limites em relação a cada um dos poderes políticos locais.
  - (D) cabe ser aumentada mediante a criação de novos cargos públicos, que, no caso do Município de Teresina, é matéria reservada à lei de iniciativa privativa do Prefeito, inclusive em relação àqueles vinculados à Câmara Municipal.
  - (E) descabe ser aumentada por ato expedido nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do Prefeito, bem como sem estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes.
44. A Lei Orgânica do Município de Teresina cabe ser emendada
- (A) mesmo durante campanha eleitoral em âmbito municipal, para determinar, em caso de vacância nos cargos de Prefeito e Vice-Prefeito, que a eleição dos sucessores seja realizada sempre pela Câmara Municipal.
  - (B) mesmo durante intervenção estadual no Município, para vedar a recondução dos integrantes da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores aos mesmos cargos na eleição imediatamente subsequente.
  - (C) mediante proposta de, no mínimo, 1/3 dos Vereadores, para autorizar o Vereador que se encontra no exercício do cargo de Secretário Municipal a perceber cumulativamente ambas as remunerações.
  - (D) mediante proposta do Prefeito, para reconhecer aos Vereadores, desde a sua diplomação, a prerrogativa de não serem presos, salvo em flagrante de crime inafiançável.
  - (E) mediante iniciativa popular de, no mínimo, dez por cento do eleitorado do Município, para definir novos casos de crime de responsabilidade do Prefeito.
45. No âmbito da organização político-administrativa do Município de Teresina
- (A) em caso de impedimento do Prefeito e do Vice-Prefeito, ou vacância dos respectivos cargos, será chamado ao exercício do cargo de Prefeito o Presidente da Câmara Municipal, que, em caso de recusa, perderá o cargo que ocupa na Mesa Diretora da Câmara Municipal.
  - (B) a Ouvidoria Geral do Município constitui órgão vinculado ao Gabinete do Prefeito, cabendo-lhe, entre outras atribuições, atuar na fixação de diretrizes, na interpretação de normas e no julgamento dos recursos referentes à matéria de desenvolvimento urbano, em especial na interpretação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano.
  - (C) os presidentes e diretores de empresas públicas, autarquias e fundações municipais, em virtude de não figurarem entre os auxiliares diretos do Prefeito, não têm o dever de atender convocação da Câmara Municipal, dentro do prazo de 15 dias, para prestação de informações e esclarecimentos oficiais.
  - (D) a Procuradoria Geral do Município tem como missão representar o Município, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos de lei complementar, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo, tendo por chefe o Procurador-Geral do Município, escolhido pelo Prefeito mediante lista tríplice composta por integrantes da carreira de procurador municipal com mais de 5 anos de efetiva experiência profissional.
  - (E) cabe ser instituída, mediante lei específica, Administração Regional descentralizada, fora do perímetro urbano, desde que a população da respectiva área não seja inferior a 10% dos habitantes da região urbana do Município e que tenha participado em consulta plebiscitária preliminar.
46. A competência do Município para legislar sobre matéria de interesse local, segundo a orientação da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal,
- (A) não autoriza a legislação municipal a exigir o uso de cinto de segurança e proibir o transporte de menores de 10 anos no banco dianteiro de veículos automotores, cabendo, porém, ao Município disciplinar a matéria com base no art. 23, XII, da Constituição Federal, que define a competência comum para estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.
  - (B) não autoriza a legislação municipal a estipular tempo de atendimento ao público nas agências bancárias estabelecidas em seu território, por se tratar de matéria reservada à lei complementar da União sobre sistema financeiro nacional.
  - (C) autoriza a legislação municipal a dispor sobre o direito dos estudantes à "meia passagem" no serviço de transporte coletivo local, ainda que a questão já encontre disciplina específica em contrário na Constituição estadual.
  - (D) autoriza a legislação municipal a dispor sobre a instalação de sanitários e equipamentos de segurança nas agências bancárias estabelecidas em seu território, desde que não contrarie as diretrizes definidas sobre a questão em sede de lei federal ou estadual.
  - (E) autoriza a legislação municipal a dispor sobre a obrigatoriedade e os requisitos mínimos da contratação de seguro contra furto e roubo de veículos em estacionamentos de centros comerciais, *shopping centers* e supermercados.



47. Em face do disposto no Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997), considere as assertivas abaixo:

- I. Diferentemente dos veículos automotores, elétricos e articulados, compete ao órgão executivo de trânsito municipal registrar e licenciar os ciclomotores, os veículos de propulsão humana e os de tração animal, cujos proprietários sejam residentes ou domiciliados no Município.
- II. É vedado ao Município regulamentar as atividades de moto-frete, pois cabe apenas aos órgãos estaduais a emissão de autorização específica para sua circulação em via pública.
- III. Compete ao Município credenciar serviços de escolta, regulamentar o transporte de escolares, bem como planejar e implantar medidas para redução da circulação de veículos e reorientação do tráfego, com o objetivo de diminuir a emissão global de poluentes.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) II e III.
- (B) I.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) I e III.

48. O direito de preempção, nos termos do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001),

- (A) assegura ao Município, na condição de locatário, a preferência na aquisição do imóvel alugado, autorizando-lhe, caso tenha sido preterido, a tomar o bem para si mediante o depósito, no prazo legal, do preço e das demais despesas decorrentes da transação.
- (B) garante ao particular expropriado a preferência na aquisição de bem imóvel desapropriado pelo Município por interesse social ou para fins de necessidade ou utilidade pública, desde que não lhe tenha sido conferida a destinação que fundamentou a desapropriação e não seja utilizado em obras ou serviços públicos municipais.
- (C) aplica-se apenas às áreas delimitadas em decreto do Poder Executivo municipal, cabendo ser exercido sempre que o Município necessitar de áreas para, entre outros propósitos, executar programas e projetos habitacionais de interesse social, implantar equipamentos urbanos e comunitários, criar unidades de conservação e dar cumprimento às demais diretrizes e finalidades de interesse social ou de utilidade pública definidas no plano diretor.
- (D) determina a nulidade de pleno direito de alienação, celebrada em condições diversas da proposta formalmente apresentada ao Município, mas não autoriza ao Município impor multa de 20% sobre o valor do imóvel ao transmitente e ao adquirente em regime de solidariedade.
- (E) determina a nulidade de pleno direito de alienação, celebrada em condições diversas da proposta formalmente apresentada ao Município, mas não autoriza a aquisição pelo Município do imóvel pelo valor da base de cálculo do IPTU.

49. Em face do disposto no Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001), considere as assertivas abaixo:

- I. Além das cidades com mais de 20 mil habitantes, o plano diretor também é obrigatório no caso de Municípios que integrem áreas de especial interesse turístico.
- II. Incorre em improbidade administrativa o Prefeito que aplicar os recursos obtidos mediante outorga onerosa do direito de construir na criação em programas de regularização fundiária.
- III. Na ação judicial de usucapião especial de imóvel urbano, a intervenção do Ministério Público é obrigatória apenas quando envolver direitos de incapazes e o procedimento a ser observado é o rito ordinário do Código de Processo Civil.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I e II, apenas.

50. Com base no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Teresina (Lei nº 2.138, de 21 de julho de 1992), o servidor público municipal

- (A) mesmo que não tenha sido exonerado ao término de seu estágio probatório, não tem direito ao reconhecimento automático de sua estabilidade no serviço público municipal, ficando sujeito ao juízo constante do parecer conclusivo do órgão de administração de pessoal a ser emitido com base nas informações prestadas pelo superior imediato do servidor.
- (B) que praticou infração disciplinar tipificada como crime pela legislação penal, tem direito a não se submeter à ação disciplinar da administração municipal em face da ocorrência de prescrição na esfera criminal.
- (C) retorna à sua atividade, mediante recondução, quando, a pedido ou de ofício, tiver declarados insubsistentes por junta oficial os motivos determinantes de sua aposentadoria por invalidez.
- (D) considerado inabilitado em estágio probatório relativo a outro cargo, cabe retornar, mediante readaptação, ao cargo anteriormente ocupado.
- (E) tem direito à licença especial não remunerada, pelo prazo máximo de oito dias, nas hipóteses de casamento ou de falecimento de familiar.

#### Direito Civil

51. Sobre a repristinação é a regra vigente no direito brasileiro:

- (A) Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.
- (B) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.
- (C) Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.
- (D) A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare.
- (E) A lei posterior revoga a anterior quando seja com ela incompatível.



<p>52. Para o legislador civil, o abuso do direito é um ato</p> <p>(A) lícito, embora possa gerar a nulidade de cláusulas contratuais em relações consumeristas.</p> <p>(B) lícito, embora ilegal na aparência.</p> <p>(C) ilícito objetivo, caracterizado pelo desvio de sua finalidade social ou econômica ou contrário à boa-fé e aos bons costumes.</p> <p>(D) ilícito, necessitado da prova de má-fé do agente para sua caracterização.</p> <p>(E) ilícito abstratamente, mas que não implica dever indenizatório moral.</p>	<p>56. É INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) o contrato preliminar, exceto quanto à forma, deve conter todos os requisitos essenciais ao contrato a ser celebrado.</p> <p>(B) na conclusão do contrato, bem como em sua execução, os contratantes devem guardar os princípios da probidade e da boa-fé.</p> <p>(C) a oferta ao público equivale a proposta quando encerra os requisitos essenciais ao contrato, a não ser que o contrário resulte das circunstâncias ou dos usos.</p> <p>(D) o adquirente de coisa viciada pode, em vez de rejeitá-la, redibindo o contrato, reclamar abatimento no preço.</p> <p>(E) o alienante, nos contratos onerosos, responde pela evicção, salvo se a aquisição se tenha realizado em hasta pública.</p>
<p>53. O negócio jurídico realizado por pessoa absolutamente incapaz</p> <p>(A) gera a ineficácia perante terceiros, podendo ser sanado apenas entre seus partícipes.</p> <p>(B) gera nulidade absoluta, portanto sem possibilidade de convalidação.</p> <p>(C) gera anulabilidade, ou nulidade relativa, podendo ser convalidado.</p> <p>(D) implica a inexistência desse ato, que não terá quaisquer consequências jurídicas.</p> <p>(E) implica mera irregularidade, se posteriormente ratificado por seu representante legal.</p>	<p>57. Na responsabilidade civil do Estado,</p> <p>(A) embora se aplique a teoria objetiva, excluem-se de seu âmbito as relações de consumo e, portanto, a aplicação do Código de Defesa do Consumidor.</p> <p>(B) não há excludentes possíveis, por se aplicar como regra a teoria do risco integral.</p> <p>(C) aplicada a teoria do risco administrativo, exige para a responsabilização do Estado a ocorrência de ação ou omissão voluntária, nexos causal, culpa e dano.</p> <p>(D) são excludentes possíveis a culpa exclusiva da vítima e o caso fortuito ou força maior, por aplicação da teoria do risco administrativo.</p> <p>(E) aplica-se a teoria subjetiva, invertendo-se apenas o ônus probatório, que passa a ser do Estado nas ações indenizatórias contra ele propostas.</p>
<p>54. Para o Código Civil, os bens públicos</p> <p>(A) têm a gratuidade como inerente a seu uso comum.</p> <p>(B) são sempre inalienáveis.</p> <p>(C) dominicais e os de uso especial podem ser alienados, enquanto conservarem sua qualificação, observadas as exigências legais.</p> <p>(D) são aqueles do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno, inclusive suas autarquias.</p> <p>(E) não são passíveis de usucapião, salvo os bens autárquicos.</p>	<p>58. No que se refere à prescrição:</p> <p>(A) Os prazos prescricionais da pretensão e da exceção são autônomos.</p> <p>(B) O início do prazo prescricional ocorre com o surgimento da pretensão, que decorre da exigibilidade do direito subjetivo.</p> <p>(C) Seus prazos podem ser alterados pela vontade das partes, se maiores e capazes.</p> <p>(D) Deve ser alegada na primeira oportunidade processual, sob pena de se tratar de matéria preclusa.</p> <p>(E) Iniciada contra uma pessoa, não corre contra o seu sucessor.</p>
<p>55. Em relação à eficácia dos negócios jurídicos, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) O termo inicial suspende a aquisição, mas não o exercício do direito.</p> <p>(B) Se for resolutiva a condição, enquanto esta não se realizar, vigorará o negócio jurídico, desde sua conclusão podendo exercer-se o direito por ele estabelecido.</p> <p>(C) Têm-se por inexistentes as condições impossíveis, quando resolutivas, e as de não fazer coisa impossível.</p> <p>(D) Em geral, são lícitas todas as condições não contrárias à lei, à ordem pública ou aos bons costumes.</p> <p>(E) Nos casos de condição suspensiva ou resolutiva, ao titular do direito eventual é permitido praticar os atos destinados a conservá-lo.</p>	<p>59. Para a prova dos negócios jurídicos</p> <p>(A) a prova testemunhal, subsidiária ou complementar da prova escrita, só é admissível até valor equivalente ao décuplo do maior salário mínimo vigente ao tempo em que celebrado o negócio jurídico.</p> <p>(B) é preciso, como regra, forma especial.</p> <p>(C) a escritura pública, lavrada em notas de tabelião, é documento dotado de fé pública e faz prova plena de seu conteúdo.</p> <p>(D) o instrumento particular, celebrado por parte maior e capaz, prova as obrigações convencionais apenas até valor equivalente a sessenta salários mínimos.</p> <p>(E) não podem ser admitidos como testemunhas os menores de dezoito anos.</p>



<p>60. Em relação à união estável,</p> <p>(A) só se configurará entre pessoas solteiras ou de qualquer modo desimpedidas de se casar.</p> <p>(B) aplica-se às relações patrimoniais, no que couber, o regime da separação legal de bens.</p> <p>(C) os direitos sucessórios da companheira ou companheiro são iguais aos do cônjuge supérstite.</p> <p>(D) constitucionalmente, pode caracterizar-se ainda que em relações homoafetivas.</p> <p>(E) exige-se convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família, mesmo que o casal não conviva sob o mesmo teto.</p>	<p>64. Quanto às provas,</p> <p>(A) podem ser produzidas as previstas em lei e todas as demais que não firam o ordenamento jurídico pátrio.</p> <p>(B) só se podem produzir aquelas expressamente previstas em lei.</p> <p>(C) podem ser produzidas aquelas previstas em lei, mais as baseadas nos usos e costumes, exclusivamente.</p> <p>(D) se ilícitas, geram efeitos se disponíveis aos direitos das partes.</p> <p>(E) podem ser produzidas as previstas em lei, mais aquelas admitidas judicialmente em cada caso concreto, somente.</p>
<p>61. No tocante à responsabilidade civil,</p> <p>(A) o incapaz responde pelos prejuízos que causar, de modo subsidiário e desde que a indenização não o prive do necessário, ou às pessoas que dele dependam.</p> <p>(B) a pessoa jurídica pode sofrer dano material, mas não moral.</p> <p>(C) mediante apuração de culpa, as empresas e empresários individuais respondem pelos danos causados pelos produtos postos em circulação.</p> <p>(D) a gravidade da culpa do agente é irrelevante na fixação da indenização, importando apenas a extensão do dano.</p> <p>(E) importa aferir o nexo causal somente na responsabilidade subjetiva, mas não na responsabilidade objetiva, para cuja caracterização bastam o ilícito e o dano correspondente.</p>	<p>65. Quanto à competência,</p> <p>(A) como regra, quando territorial, pode ser declinada de ofício pelo juiz, sem necessidade de provocação da parte.</p> <p>(B) de modo geral, são relevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente à propositura da demanda.</p> <p>(C) é determinada no momento da propositura da demanda.</p> <p>(D) a autoridade judiciária brasileira a tem concorrente para conhecer de ações relativas a imóveis situados no país.</p> <p>(E) em razão do valor e da função, em primeiro grau, é regida pelas normas de organização judiciária.</p>
<p>62. Para o direito pátrio, a posse</p> <p>(A) confunde-se com a detenção, pois em ambas existe a apreensão física da coisa.</p> <p>(B) é o exercício, de fato, dos poderes constitutivos da propriedade, de modo pleno ou não.</p> <p>(C) só poderá gerar usucapião se não for viciada em sua origem.</p> <p>(D) não se transfere aos herdeiros, pois é direito personalíssimo.</p> <p>(E) desdobra-se em direta e indireta, somente a primeira dando direito à utilização dos interditos possessórios.</p>	<p>66. É INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) A existência e vigência das leis federais não precisam ser provadas pela parte, cabendo ao juiz conhecê-las.</p> <p>(B) Os fatos notórios não dependem de prova.</p> <p>(C) Fatos incontroversos não precisam ser provados.</p> <p>(D) Podem ser aplicadas máximas de experiência à falta de normas jurídicas particulares.</p> <p>(E) A ocorrência de presunção da existência de um fato não interfere na produção de sua prova.</p>
<p style="text-align: center;"><b>Direito Processual Civil</b></p> <p>63. O princípio da congruência significa que</p> <p>(A) os atos processuais que não tragam prejuízo devem ser aproveitados pelo juiz.</p> <p>(B) o juiz deve julgar livremente, mas oferecendo as razões de seu convencimento.</p> <p>(C) o juiz deve ser congruente, ou seja, coerente na apreciação das provas.</p> <p>(D) toda matéria de fato ou de direito deve ser arguida por ocasião da contestação.</p> <p>(E) o juiz deve julgar adstrito ao que foi pedido pelo autor em sua inicial.</p>	<p>67. A sentença</p> <p>(A) quando resolver o processo sem julgamento do mérito não necessita de fundamentação.</p> <p>(B) é o momento processual em que o juiz age por sua livre convicção, mas adstrito a oferecer as razões de sua persuasão.</p> <p>(C) deverá conter sempre relatório, fundamentação e parte dispositiva, nunca podendo o juiz decidir de forma concisa.</p> <p>(D) é nula quando proferida <i>ultra petita</i>, isto é, além do pedido inicial.</p> <p>(E) não pode condenar o vencido em juros moratórios se não forem pedidos pela parte vencedora.</p>



<p>68. No cumprimento de sentença</p> <p>(A) não é possível pagamento parcial do valor da condenação.</p> <p>(B) o devedor será intimado pessoalmente para o cumprimento do julgado.</p> <p>(C) cabe a oposição de embargos do devedor, em quinze dias após a intimação do devedor.</p> <p>(D) cabe o acréscimo de multa no percentual de 10% ao montante da condenação transitada em julgado em quantia certa, se o devedor não efetuar espontaneamente seu pagamento, em quinze dias.</p> <p>(E) não se requerendo a execução no prazo de seis meses, pelo credor, será julgado extinto o processo, por abandono.</p>	<p>73. A prova pericial</p> <p>(A) depende de pedido da parte, em princípio, mas pode ser determinada também pelo juiz, de ofício, se assim entender necessário.</p> <p>(B) pode ser dispensada pelo juiz se ele próprio tiver os conhecimentos técnicos que seriam necessários.</p> <p>(C) é realizada por perito que é considerado auxiliar do Judiciário, como também o são os assistentes técnicos das partes.</p> <p>(D) destina-se ao juiz e não está sujeita ao contraditório.</p> <p>(E) vincula o juiz, pois o perito é de sua confiança.</p>
<p>69. A coisa julgada</p> <p>(A) só se forma quando o juiz julgar o mérito da causa.</p> <p>(B) é formada pela fundamentação e pela parte dispositiva, em conjunto.</p> <p>(C) uma vez formada, impede a revisão de questões que se protraíam no tempo, haja vista sua imutabilidade.</p> <p>(D) é formal ou material; o princípio constitucional de sua proteção refere-se à segunda espécie.</p> <p>(E) pode ser relativizada sempre que houver interesse da União ou do Estado membro da federação.</p>	<p>74. Assinale a alternativa INCORRETA.</p> <p>(A) A hipoteca judiciária produzida pela sentença condenatória somente será inscrita após o seu trânsito em julgado.</p> <p>(B) A sentença pode produzir os efeitos de uma vontade não exteriorizada, substituindo-a.</p> <p>(C) O juiz pode agir de ofício na imposição de multa diária ao réu, para compeli-lo ao cumprimento de ordem judicial.</p> <p>(D) Como regra, é possível executar provisoriamente a sentença, se recebido o recurso de apelação somente no efeito devolutivo.</p> <p>(E) Mesmo de ofício o juiz pode alterar a sentença, em certas circunstâncias legalmente previstas.</p>
<p>70. A liquidação da sentença</p> <p>(A) não abre ensejo à realização de perícia.</p> <p>(B) é determinada de ofício pelo juiz, após a condenação no processo de conhecimento.</p> <p>(C) pode ser feita pelo próprio credor, independentemente de cálculo do contador judicial, nas hipóteses em que o valor da condenação for facilmente determinável.</p> <p>(D) dá-se por artigos quando houver necessidade de perícia e prova em audiência.</p> <p>(E) é julgada também por sentença, sendo recorrível por apelação.</p>	<p style="text-align: center;"><b>Direito Ambiental</b></p> <p>75. <i>O desmatamento indiscriminado do cerrado piauiense sob o argumento de que as empresas criam empregos não é aceitável, pois pode haver atividade economicamente sustentável desde que as empresas estejam dispostas a diminuir seus lucros, utilizando-se de matrizes energéticas que não signifiquem a política de terra arrasada.</i> (AG 2007.01.00.059260-7/PI)</p> <p>Ao analisar os princípios do direito e, em particular do direito ambiental, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) o princípio do desenvolvimento sustentável é fundado em três pilares: econômico, ambiental e social.</p> <p>(B) os Estados têm a responsabilidade de assegurar que atividades sob sua jurisdição ou seu controle não causem danos ao meio ambiente de outros Estados ou de áreas além dos limites da jurisdição nacional.</p> <p>(C) de acordo com o princípio da precaução quando houver ameaça de danos sérios ou irreversíveis, a ausência de absoluta certeza científica não deve ser utilizada como razão para postergar medidas eficazes e economicamente viáveis para prevenir a degradação ambiental.</p> <p>(D) a noção de gestão sustentável dos recursos naturais no espaço e no tempo impõe um duplo imperativo ético de solidariedade – equidade intrageracional e intergeracional.</p> <p>(E) de acordo com o princípio poluidor-pagador o poluidor deve pagar pela poluição causada que acarrete danos à saúde humana e os demais custos ambientais da produção devem ser arcados por toda a sociedade para a própria existência das atividades econômicas.</p>
<p>71. As chamadas <i>astreintes</i></p> <p>(A) devem ser fixadas contratualmente.</p> <p>(B) são determinadas pelo juiz sempre em caráter liminar, como decisão interlocutória.</p> <p>(C) são cabíveis em sentenças de qualquer natureza, inclusive as de condenação em pecúnia.</p> <p>(D) têm natureza de compensação à parte contrária.</p> <p>(E) possuem natureza inibitória, de desestímulo, mas não podem ser consideradas como pena a quem deva cumprir a ordem judicial.</p>	
<p>72. O recurso de agravo é cabível</p> <p>(A) quando for preciso forçar a parte contrária à abstenção de um ato.</p> <p>(B) de sentenças.</p> <p>(C) de atos processuais de mero expediente.</p> <p>(D) de quaisquer decisões interlocutórias, havendo ou não prejuízo às partes.</p> <p>(E) de decisões interlocutórias, desde que haja gravame à parte recorrente.</p>	



76. A poluição sonora e os problemas que os altos níveis de som ocasionam constituem uma preocupação das sociedades contemporâneas. Assim, o legislador constituinte brasileiro determinou que
- (A) os Estados-membros podem suplementar a legislação federal no que couber para adotar parâmetros mais restritivos em matéria de poluição sonora.
- (B) cabe à União estabelecer normas gerais sobre poluição sonora e, tanto os Estados e Distrito Federal como os Municípios podem complementar essa legislação com base em sua competência legislativa concorrente.
- (C) os Municípios podem legislar sobre poluição sonora com fundamento em sua competência para legislar sobre assuntos de interesse local e, assim, podem adotar legislação que permita níveis mais altos de som para atividades econômicas consideradas fundamentais para o próprio desenvolvimento do Município.
- (D) os Estados-membros têm competência legislativa residual ou remanescente em matéria de poluição sonora.
- (E) a União tem competência legislativa exclusiva em matéria de controle da poluição sonora e assim estabelece critérios e padrões nacionais específicos para aeronaves, veículos automotores, bares e demais atividades que provocam ruídos, como também equipamentos industriais e domésticos.
77. No Estado do Piauí cresce a atividade do carvoejamento e igualmente a preocupação com a expansão da fronteira do carvão. Considerando-se a proteção dos bens ambientais e a função social da propriedade, é INCORRETO afirmar que
- (A) cabe ao Poder Público e à coletividade preservarem a qualidade do ar e dos bens ambientais, garantindo-se a todos o direito de respirar um ar sadio e de viver em um meio ambiente ecologicamente equilibrado.
- (B) o livre acesso ao recurso ambiental ar, qualificado tradicionalmente como *res communis*, permite que sua utilização seja efetuada por todos sem a imposição de nenhuma limitação.
- (C) para que a propriedade rural cumpra sua função social há a necessidade de observar-se concomitantemente o respeito aos seguintes requisitos: aproveitamento racional e adequado, utilização adequada dos recursos naturais e preservação do meio ambiente, além da observância das disposições que regulam as relações de trabalho e exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.
- (D) o direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais e de modo que sejam preservados, em conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas.
- (E) os bens socioambientais adquirem essencialidade tanto para a manutenção da vida de todas as espécies como também é necessário considerar sua essencialidade em relação às culturas humanas.
78. A Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) declarou que 2010 é o ano da biodiversidade. O Brasil, como um dos países megabiodiversos, já possui instrumentos para a preservação e conservação, que consideram ainda sua sociodiversidade. Diante da legislação constitucional e infraconstitucional pertinente, é correto afirmar:
- (A) Nas unidades da Federação, incumbe ao poder público a definição de espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a sua alteração e supressão permitidas através de lei ou de decreto, observando-se o paralelismo de forma em relação ao ato de sua criação, alteração e supressão.
- (B) Com exceção da estação ecológica ou reserva biológica, para cuja criação não é obrigatória consulta pública, a criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para cada unidade de conservação.
- (C) As populações tradicionais são aquelas que vivem em estreita relação com o ambiente natural, dependendo de seus recursos naturais para a sua reprodução sociocultural, por meio de atividades de médio impacto ambiental.
- (D) Nas unidades de conservação, de proteção integral e de uso sustentável, há a possibilidade de uso direto dos recursos naturais, ou seja, coleta e uso dos recursos naturais.
- (E) A Constituição Federal de 1988 consagrou os seguintes biomas como patrimônio nacional: Floresta Amazônica, Serra do Mar, Mata Atlântica, Pantanal Matogrossense, Cerrado e Zona Costeira.
79. A Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), estabelecida pela Lei Federal nº 6.938/81, NÃO
- (A) adota instrumentos econômicos, como a concessão florestal, a servidão ambiental, o seguro ambiental, entre outros.
- (B) tem por objetivo geral a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana.
- (C) define que poluidor é a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, apenas diretamente responsável por atividade causadora de degradação ambiental.
- (D) define poluição como a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que, direta ou indiretamente, prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população; criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; afetem desfavoravelmente a biota; afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos.
- (E) adota instrumentos de comando e controle como, por exemplo, a avaliação de impacto ambiental, o zoneamento e o licenciamento.



80. Indústria lança resíduos de tinta de lavagem de jeans diretamente em curso d'água no Município de Teresina e provoca dano ambiental, constando-se mortandade de animais e a destruição significativa da flora. Nesse caso,
- (A) na hipótese de o lançamento de resíduos de tinta ter ocorrido em razão de um acidente, configura-se uma excludente em matéria de responsabilidade civil ambiental, já que a empresa não deve assumir todos os riscos da atividade.
  - (B) a responsabilidade civil dessa indústria, pessoa jurídica, é subjetiva e depende da constatação de negligência, imprudência ou imperícia.
  - (C) a responsabilidade penal da indústria será apurada observando-se se a conduta foi realizada por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da empresa.
  - (D) na hipótese de a indústria realizar o lançamento de resíduos de tinta de lavagem de jeans em curso d'água respeitando os parâmetros estabelecidos na licença ambiental, constata-se a responsabilidade administrativa da empresa.
  - (E) a responsabilidade penal da indústria, pessoa jurídica, exclui a responsabilidade penal das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes do mesmo fato e é objetiva no caso em tela, já que o bem ambiental e, notadamente, as águas, merecem uma proteção especial.

81. Em relação ao estudo prévio de impacto ambiental e licenciamento ambiental é correto afirmar:
- (A) Nos processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos de carcinicultura na zona costeira, o órgão licenciador deverá exigir do empreendedor, obrigatoriamente, a destinação de área correspondente a, no mínimo, 50% da área total do empreendimento, para preservação integral.
  - (B) A instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, como a construção das hidrelétricas no Rio Parnaíba (PI), necessitam da realização de estudo prévio de impacto ambiental, não sendo, todavia, necessário dar publicidade a esse estudo, por se tratar de obras de relevante interesse nacional.
  - (C) Nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório – EIA/RIMA, o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral.
  - (D) A supressão de vegetação secundária do Bioma Mata Atlântica, em estágio avançado e médio de regeneração, para fins de atividades minerárias será admitida mediante adoção de medida compensatória que inclua a recuperação de área equivalente à área do empreendimento, procedimento que substitui a realização de estudo prévio de impacto ambiental/relatório de impacto ambiental (EIA/RIMA).
  - (E) No que diz respeito à aquicultura, o órgão ambiental licenciador não poderá exigir do empreendedor a adoção de medidas de prevenção e controle de fuga das espécies cultivadas, como condicionantes das licenças emitidas, já que o licenciamento refere-se tão somente a própria atividade da aquicultura.

**Direito Urbanístico**

82. Para a instalação de *shopping center* no Município de Teresina, deve ser realizado estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV). Assinale a alternativa INCORRETA, de acordo com o Estatuto da Cidade.
- (A) O plano diretor deve conter no mínimo dispositivo sobre as operações urbanas consorciadas, que por sua vez devem conter entre seus elementos positivos sobre o EIV.
  - (B) A apresentação por parte do empreendedor do EIV à administração pública municipal é um pré-requisito para obtenção das licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento de empreendimentos ou atividades econômicas geradoras de impacto em área urbana do Município.
  - (C) O EIV deverá contemplar tantos os efeitos positivos quanto os efeitos negativos do empreendimento ou atividade em relação à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades.
  - (D) Dentre as questões a serem analisadas estão o adensamento populacional; equipamentos urbanos e comunitários; uso e ocupação do solo; valorização imobiliária; geração de tráfego e demanda por transporte público; ventilação e iluminação; paisagem urbana e patrimônio natural e cultural.
  - (E) A elaboração do EIV e sua aprovação substituem a realização e aprovação do estudo prévio de impacto ambiental.
83. As diretrizes de política urbana, cujo objetivo é ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, estabelecidas pelo Estatuto da Cidade, determinam a
- (A) adoção de privilégios para os agentes privados na promoção de empreendimentos e atividades relativos ao processo de urbanização, atendido o interesse social.
  - (B) complexificação da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo e das normas edilícias, com vistas a permitir a observância da situação socioeconômica da população e a legislação ambiental.
  - (C) garantia do direito a cidades sustentáveis, limitando-se, portanto, o crescimento das médias e pequenas cidades, para garantir às gerações futuras cidades sustentáveis.
  - (D) realização da gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.
  - (E) realização da regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda, independentemente de serem áreas de riscos.



84. A gestão das cidades representa um desafio complexo, já que não se trata apenas de considerar a preservação dos recursos ambientais, mas também de assegurar condições de vida digna à população, propiciando que parcelas expressivas da população não sejam excluídas no processo de desenvolvimento das cidades. Nesse sentido,
- (A) o Município poderá, por decisão motivada, admitir a regularização fundiária de interesse social em Áreas de Preservação Permanente, ocupadas até 31 de dezembro de 2007 e inseridas em área urbana consolidada, desde que estudo técnico comprove que esta intervenção implica melhoria das condições ambientais em relação à situação de ocupação irregular anterior.
- (B) o Programa Minha Casa Minha Vida objetiva criar mecanismos de incentivo à produção e à aquisição de novas unidades habitacionais pelas famílias com renda mensal de até 15 (quinze) salários mínimos.
- (C) para fins de regularização fundiária de assentamentos urbanos consideram-se área urbana, a parcela do território contínua, incluída no Plano Diretor, e área urbana consolidada, a parcela com densidade demográfica superior a 100 (cem) habitantes por hectare.
- (D) a legitimação de posse devidamente registrada não constitui direito em favor do detentor da posse direta para fins de moradia.
- (E) aquele que possuir como sua área urbana até 250 m<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta metros quadrados), por 10 (dez) anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
85. Em 2006 foi aprovado o Plano Diretor de Teresina, denominado Plano de Desenvolvimento Sustentável – Teresina Agenda 2015. De acordo com o Estatuto da Cidade e o Plano Diretor de Teresina, é INCORRETO afirmar que ele
- (A) definirá os limites máximos a serem atingidos pelos coeficientes de aproveitamento, considerando a proporcionalidade entre a infraestrutura existente e o aumento de densidade esperado em cada área.
- (B) constitui parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas.
- (C) constitui o instrumento normativo e orientador dos processos de transformação urbana, nos seus aspectos político-sociais, físico-ambientais e administrativos que deverá restringir-se à regulamentação da área urbana do Município.
- (D) deverá compatibilizar planos e programas oficiais com os objetivos e diretrizes desse plano e ter a lei que o instituiu revista, pelo menos, a cada dez anos.
- (E) deverá delimitar as áreas urbanas onde poderá ser aplicado o parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, considerando a existência de infraestrutura e de demanda para utilização.
86. Em relação aos loteamentos urbanos, é INCORRETO afirmar que
- (A) o Município não poderá expropriar áreas urbanas ou de expansão urbana para reloteamento, demolição, reconstrução e incorporação.
- (B) os interessados em elaborar projetos de loteamento deverão solicitar à Prefeitura Municipal que defina as diretrizes para o uso do solo, o traçado dos lotes, do sistema viário, dos espaços livres e das áreas reservadas para equipamento urbano e comunitário.
- (C) os espaços livres de uso comum, as vias e praças e áreas destinadas a outros equipamentos urbanos constantes do projeto não poderão ter sua destinação alterada pelo loteador, desde a aprovação do loteamento, salvo em caso de caducidade da licença ou desistência do loteador.
- (D) aprovado o projeto de loteamento ou de desmembramento, o loteador deverá submetê-lo ao Registro Imobiliário dentro de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.
- (E) a Prefeitura Municipal poderá, para assegurar a regularização do loteamento ou desmembramento, bem como o ressarcimento integral de importâncias despendidas ou a despender, promover judicialmente os procedimentos cautelares necessários a tais fins.
87. O Programa de Hortas Comunitárias de Teresina, que visa o bom desenvolvimento da cidade e a melhoria das condições de vida da população, foi implementado, em parte, nas áreas sob as linhas de transmissão de energia elétrica da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF). Nesse caso,
- (A) trata-se de desapropriação por descumprimento da função social da propriedade urbana.
- (B) há uma servidão administrativa, imposta em proveito do bem afetado, a fim de utilidade pública, que implica a constituição de direito real de uso e de gozo em favor da coletividade.
- (C) há uma ocupação irregular de área de domínio público e não poderia ter sido instalada uma horta comunitária nessa área.
- (D) há uma servidão militar, cujo objetivo fundamental é propiciar a segurança alimentar.
- (E) trata-se de desapropriação por interesse social, para a implantação da horta comunitária.
88. É permitido no Município de Teresina:
- (A) a colocação de quaisquer meios de publicidade sobre as marquises, avançando sobre o espaço da pista de rolamento das vias.
- (B) a substituição de telhas ou de elementos de suporte da cobertura, sem modificação da estrutura, sem a necessidade de projeto ou alvará.
- (C) lavar roupas ou animais em logradouros públicos ou ainda banhar-se em chafarizes, fontes ou torneiras públicas.
- (D) a instalação de estabelecimentos destinados a depósito, compra ou venda de ferros-velhos no centro da cidade.
- (E) a demolição total ou parcial, sem a prévia autorização.

**Direito do Trabalho e Processual do Trabalho**

89. A gratificação por tempo de serviço
- (A) não integra o salário apenas para o cálculo de aviso prévio, descanso semanal remunerado e adicional noturno.
- (B) não integra o salário para nenhum efeito legal em razão da sua natureza indenizatória.
- (C) integra o salário apenas para o cálculo de aviso prévio.
- (D) integra o salário apenas para o cálculo de horas extras e férias.
- (E) integra o salário para todos os efeitos legais.
90. As férias
- (A) serão remuneradas sem incidência do adicional extraordinário e noturno, não servido estes como base de cálculo de sua remuneração.
- (B) coletivas devem ser comunicadas ao órgão local do Ministério do Trabalho e Emprego, com a antecedência mínima de 60 dias, com a menção das datas de início e fim.
- (C) dos maiores de 50 anos poderão ser concedidas em dois períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a 15 dias corridos.
- (D) vencidas, na ruptura contratual, incidirão em benefício do obreiro, qualquer que seja a causa de extinção do contrato de trabalho, inclusive havendo justa causa obreira.
- (E) coletivas não poderão ser gozadas em dois períodos, sendo obrigatoriamente gozadas em 30 dias corridos.
91. Maria, antes de completar o período aquisitivo de doze meses de suas férias, teve seu contrato individual de trabalho rescindido sem justa causa pela empresa empregadora. Neste caso, Maria
- (A) terá direito ao pagamento de 2/3 da remuneração das férias proporcionais ao período trabalhado.
- (B) terá direito ao pagamento de 1/3 da remuneração das férias proporcionais ao período trabalhado.
- (C) não terá direito ao pagamento da remuneração das férias proporcionais.
- (D) terá direito ao pagamento de 50% da remuneração das férias proporcionais ao período trabalhado.
- (E) terá direito ao pagamento da remuneração das férias proporcionais.
92. Das decisões que negarem seguimento a recurso de embargos no Tribunal Superior do Trabalho caberá
- (A) recurso de revista.
- (B) novo embargo no prazo de 8 dias.
- (C) agravo de instrumento.
- (D) agravo de petição.
- (E) agravo regimental.
93. Joana estava cumprindo aviso prévio quando cometeu falta grave passível de acarretar a rescisão do contrato de trabalho por justa causa. Neste caso, considerando que Joana não abandonou o emprego, ela
- (A) terá direito à 50% das verbas rescisórias de natureza indenizatória em razão da falta ter ocorrido no período de cumprimento do aviso prévio.
- (B) não terá direito à qualquer verba rescisória de natureza indenizatória.
- (C) terá direito normalmente às verbas rescisórias de natureza indenizatória, uma vez que já se encontrava em aviso prévio.
- (D) terá direito a 1/3 das verbas rescisórias de natureza indenizatória em razão da falta ter ocorrido no período de cumprimento do aviso prévio.
- (E) terá direito apenas às multas normativas previstas em Convenção Coletiva de Trabalho.
94. São fontes heterônomas do Direito do Trabalho, dentre outras,
- (A) as Convenções Internacionais e as Convenções Coletivas de Trabalho.
- (B) o Contrato Coletivo de Trabalho e os Acordos Coletivos.
- (C) as Convenções Coletivas de Trabalho e os Acordos Coletivos.
- (D) os Tratados, as Convenções Internacionais e a Constituição Federal.
- (E) a Constituição Federal e os Usos e Costumes.
95. O Município V fornece como utilidade seguro de vida e de acidentes pessoais; o Município X fornece vestuários para a utilização na prestação do serviço; o Município Y fornece transporte destinado ao deslocamento para o trabalho e retorno em percurso servido por transporte público e o Município Z fornece transporte destinado ao deslocamento para o trabalho e retorno em percurso não servido por transporte público. Nestes casos, NÃO são consideradas como salários as utilidades fornecidas pelos Municípios
- (A) V, X, Y e Z.
- (B) X e Y, apenas.
- (C) Y e Z, apenas.
- (D) V, X e Z, apenas.
- (E) V, X e Y, apenas.



96. Em uma reclamação trabalhista a autarquia municipal X pretende arguir compensação de valores. Neste caso, a compensação
- (A) deverá ser arguida na execução através de embargos à execução.
- (B) só poderá ser arguida em contestação.
- (C) poderá ser arguida em qualquer momento processual desde que antes do trânsito em julgado.
- (D) poderá ser arguida em qualquer momento processual, inclusive através de ação rescisória.
- (E) só poderá ser arguida na liquidação de sentença através de manifestação expressa.
- 
97. Considere as seguintes assertivas a respeito da ação rescisória:
- I. É incabível ação rescisória para impugnar decisão homologatória de adjudicação ou arrematação.
- II. Considera-se documento novo o documento cronologicamente recente apto a viabilizar a desconstituição de julgado.
- III. A ação rescisória calcada em violação de lei admite reexame de fatos e provas do processo que originou a decisão rescindenda.
- IV. Pode uma questão processual ser objeto de rescisão desde que consista em pressuposto de validade de uma sentença de mérito.
- Está correto o que se afirma SOMENTE em
- (A) I, III e IV.
- (B) I e III.
- (C) I e IV.
- (D) II e IV.
- (E) I, II e IV.
- 
98. Com relação ao mandado de segurança é INCORRETO afirmar:
- (A) A antecipação da tutela concedida na sentença comporta impugnação pela via do mandado de segurança.
- (B) Não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição.
- (C) Devendo o agravo de petição delimitar justificadamente a matéria e os valores objeto de discordância, não fere direito líquido e certo o prosseguimento da execução quanto aos tópicos e valores não especificados no agravo.
- (D) Não fere direito líquido e certo do impetrante o ato judicial que determina penhora em dinheiro do executado, em execução definitiva, para garantir crédito exequendo.
- (E) A concessão de liminar ou a homologação de acordo constituem faculdade do juiz, inexistindo direito líquido e certo tutelável pela via do mandado de segurança.
- 
99. As empresas públicas A e B estão no polo passivo da reclamação trabalhista ajuizada por Soraya. Ambas pretendem a exclusão da lide. A reclamação foi julgada totalmente procedente e as empresas condenadas solidariamente. Considerando que tanto a empresa A como a empresa B interpuseram Recurso Ordinário, mas apenas a empresa A efetuou o depósito recursal, este depósito
- (A) deverá ser efetuado na proporção da condenação de cada empresa, respeitado o limite mínimo pré-estipulado.
- (B) será aproveitado pela empresa B em razão do da reclamação trabalhista ter sido julgada totalmente procedente.
- (C) será aproveitado pela empresa B em razão da solidariedade da condenação.
- (D) não será aproveitado pela empresa B.
- (E) é desnecessário, tendo em vista que as empresas públicas estão isentas de efetuá-lo.
- 
100. Considere as seguintes assertivas a respeito das custas processuais:
- I. As custas serão pagas pelo vencido, após o trânsito em julgado da decisão. No caso de recurso, serão pagas e comprovado o recolhimento dentro do prazo peremptório de cinco dias após a publicação do respectivo acórdão.
- II. A parte vencedora na primeira instância, se vencida na segunda, está obrigada, independentemente de intimação, a pagar as custas fixadas na sentença originária, das quais ficara isenta a parte então vencida.
- III. As autarquias municipais e as fundações públicas municipais que não explorem atividade econômica não são isentas do pagamento de custas.
- IV. Nos dissídios individuais as custas relativas ao processo de conhecimento incidirão à base de 2% e serão calculadas, quando houver acordo ou condenação, sobre o respectivo valor.
- Está correto o que se afirma SOMENTE em
- (A) II, III e IV.
- (B) I e III.
- (C) II e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) I, II e IV.